

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E  
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**REQUERIMENTO N.º                      DE 2007  
( Do Senhor Paulo Rubem Santiago)**

Requer a realização de Audiência Pública para esclarecimentos sobre irregularidades na aplicação de recursos nos programas federais firmados pelos ministérios da Justiça constatadas pela Controladoria Geral da União

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em Reunião de Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada as autoridades, a fim de prestarem esclarecimentos sobre irregularidades na aplicação de recursos nos programas federais firmados pelos ministérios da Justiça, constatadas pela Controladoria Geral da União:

- 1 - Sr. Jorge Hage - Ministro do Controle e da Transparência da CGU;
- 2 - Sr. Luiz Fernando Corrêa - Secretário Nacional de Segurança Pública;
- 3 - Sr. Maurício Kuehne - Diretor do Departamento Penitenciário Nacional

**JUSTIFICAÇÃO**

Doze estados que passaram por fiscalização da Controladoria-Geral da União (CGU), através do Programa de Fiscalização, a partir de sorteios públicos, realizada no ano passado, apresentaram irregularidades na aplicação de recursos nos programas federais nas

áreas de justiça e esportes. As principais foram de superfaturamento de preços, licitações dirigidas e notas fiscais frias.

Foram fiscalizados R\$ 454 milhões destinados desde 2003 aos programas de justiça e esportes dos estados do Acre, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e Tocantins.

Em Pernambuco, por exemplo apuraram-se indícios de superfaturamento de 50% em três contratos celebrados para construir e reformar presídios. A diferença a maior foi de R\$ 172 mil. Levantaram-se também “evidências” de acréscimo indevido de 25% na quantidade dos itens orçados. Tudo somado, o superfaturamento foi calculado em R\$ 430 mil.

Esta audiência pública requerida se faz necessário para o esclarecimento das irregularidades nos repasses de R\$ 454 milhões de dinheiro público.

**Sala dos Comissões,        de        de 2007**

**Deputado Paulo Rubem Santiago**  
**PT /PE**